

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CE
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES – PEDAGOGIA- DHP
CURSO DE PEDAGOGIA: ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO

ANNA PAULA BALBINO DE ARAÚJO

LIGAS CAMPONESAS: A importância das Ligas Camponesas no
Currículo Escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista
(Sapé-PB)

João Pessoa-PB
2016

ANNA PAULA BALBINO DE ARAÚJO

**LIGAS CAMPONESAS: A importância das Ligas Camponesas no
Currículo Escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista
(Sapé-PB)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, junto ao Departamento de Habilitações Pedagógicas (DHP), do Centro de Educação da UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de pedagogo/a.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

João Pessoa-PB
2016

A663I Araújo, Anna Paula Balbino de.

Ligas Camponesas: a importância das ligas camponesas no currículo escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista (Sapé-PB) / Tânia Maria da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2016. 39f. : il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Ligas camponesas. 2. Currículo. 3. Educação do campo.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.016(043.2)

ANNA PAULA BALBINO DE ARAÚJO

**LIGAS CAMPONESAS: A importância das Ligas Camponesas no
Currículo Escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista
(Sapé-PB)**

Aprovada

Em 01/12/2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Orientadora

Prof. Dr. Fábio Nascimento da Fonseca
Examinador externo

DEDICO às mulheres que lutaram e lutam por uma educação de qualidade e melhor condição de vida no campo, sem essas lutas não estaria na universidade. E aos meus pais e minhas irmãs.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus por ter iluminado e protegido nessa caminhada, mostrando que nas dificuldades que crescemos e ficamos mais forte;

Agradeço aos meus pais pela dedicação e força, pela compreensão, para estudar principalmente;

Às minhas irmãs pela dedicação e sacrifício nesses anos de estudos, que deixaram de estudar para que eu pudesse continuar meus estudos;

À minha professora orientadora, Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira, pela força e dedicação nesse percurso de estudos, que foi muito doloroso por vários motivos, mas que foram superados ao longo do processo de aprendizagem. E as demais professoras e professores que passaram na minha vida, pelo exemplo de responsabilidade e dedicação a profissão de professor;

Às mães do Curso do PRONERA que são mães e estudantes, pela dedicação e força, pelo exemplo de responsabilidade e dedicação com o Curso, de continuarem a estudar;

Aos alunos e alunas, e professores e professoras do Curso de Licenciatura de história e Pedagogia do PRONERA;

Aos motoristas pela carona e boa vontade de deixar na porta da minha casa, quando chegava depois das 23h, e nos estágios que foi na zona rural de Sapé, especialmente, ao amigo Ronaldo dos Santos Carvalho e Stopyra Humberto da Silva;

À minha ex-professora do magistério Maria da Luz P. da Silva Duarte, agradeço pelo incentivo, apoio, tanto psicológico, quanto financeiro. Seu incentivo me possibilitou prestar o vestibular para a Graduação ao Curso de Pedagogia, com aprofundamento em educação do campo [...].

[...] *Eu marcharei na tua luta!*

Elizabeth Teixeira

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - Conhecimento e aplicação dos conteúdos sobre as Ligas Camponesas.....	34
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- Formação escolar dos docentes.....	33
GRÁFICO 2	- Experiência profissional.....	34

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o conhecimento sobre as Ligas Camponesas na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista (Sapé-PB). E como objetivos específicos: identificar na referida escola, a falta (ou presença) do assunto no currículo escolar; problematizar os diversos fatores que pode ter levado a não abordagem temática das Ligas, na escola investigada. Para tanto, a nossa metodologia foi de abordagem qualitativa, com análise bibliográfica, documental e de campo. A nossa hipótese foi comprovada e consistiu em considerar que a educação do campo ainda **não** é voltada para os camponeses, no sentido de atender a memória histórica dos povos do campo. Nesse sentido, se faz necessário atender o que apregoa a Base Nacional Comum Curricular (2016) e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (2002) sobre o ensino da história dos Povos do Campo, em respeito a sua memória e a articulação curricular necessária com os saberes locais.

Palavras-chave: Ligas Camponesas. Currículo. Educação do/no campo.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the knowledge about the Peasant Leagues at the State School of Elementary Education Boa Vista (Sapé-PB). And as specific objectives: to identify in said school, the lack (or presence) of the subject in the school curriculum; To problematize the various factors that may have led to non-thematic approach of the leagues in the school investigated. For that, our methodology was of qualitative approach, with bibliographical, documentary and field analysis. Our hypothesis has been proven and consisted in considering that the education of the countryside is not yet aimed at the peasants, in order to attend to the historical memory of the rural people. In this sense, it is necessary to attend to what the National Curricular Common Base (2016) and the Field Education Operational Guidelines (2002) proclaim about the teaching of the history of the Peoples of the Field, in respect to their memory and the necessary curricular articulation with The local knowledge.

Keywords: Peasant Leagues. Curriculum. Education in the field.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 UMA BREVE HISTÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA À LUZ DO PENSAMENTO DE ELIZABETH TEIXEIRA.....	13
2.1 COMO SURTIU A PRIMEIRA LIGA CAMPONESA: MEMÓRIA DE ELIZABETH TEIXEIRA.....	13
2.2 AS LIGAS CAMPONESAS NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	18
3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO UM DIREITO DE QUEM VIVE DO OU NO CAMPO.....	21
3.1 O CURRÍCULO: ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	23
4 METODOLOGIA.....	26
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	27
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA: estrutura e funcionamento.....	27
5.1.1 Gestão Escolar.....	30
5.1.2 Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e organização da prática pedagógica curricular da Escola Boa Vista	31
5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: a concepção sobre as Ligas Camponesas no olhar dos estudantes, professores e gestor.....	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a discussão sobre um movimento social de organização camponesa, de relevante memória histórica, presente nas lutas atuais: As Ligas Camponesas. E busca relacionar a importância dessa memória, no contexto do currículo escolar, especificamente, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista, localizada em área de assentamento, no município de Sapé-PB, onde tivemos palco de atuação da Liga Camponesa que mais se destacou no Brasil.

Percebemos que essa história ainda não é conhecida por todos da comunidade sapeense. O tema é desconhecido, principalmente, das gerações mais recentes. Mas, em nossa investigação tentamos discorrer sobre o que foi esse importante movimento social, Ligas Camponesas. Como se deu o processo de lutas nos estados da Paraíba e Pernambuco, entre outros. E como vem sendo visibilizada na sociedade e no currículo da escola mencionada.

A motivação do tema se deu a partir da nossa percepção que este movimento ocorreu na cidade de Sapé, município em que resido desde pouco mais de um ano de vida, até os dias atuais. E, desde então, percebi que poucas pessoas conhecem sobre as Ligas Camponesas.

Para tanto, a questão central problematizada foi: Qual o conhecimento dos educandos, educadores/as e gestora sobre as Ligas Camponesas? Quais as dificuldades de estudar as Ligas Camponesas no currículo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista (Sapé-PB)? Além disso, como esta história pode ser trabalhada em sala de aula?

Nesse intuito o nosso objetivo geral foi analisar o conhecimento sobre as Ligas Camponesas na Escola em Sapé- PB entre professores e estudantes na Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista (Sapé-PB). E como objetivos específicos: identificar na referida escola, a falta (ou presença) do assunto no currículo escolar; problematizar os diversos fatores que pode ter levado a não abordagem temática das Ligas, na escola investigada.

Isso porque, a nossa **hipótese** consiste em considerar que: A educação do campo ainda **não** é voltada para os camponeses, no sentido de atender a memória histórica dos povos do campo. Compreendendo que os sujeitos do campo são desde o assalariado do campo, povos da floresta e dos quilombos, indígenas, populações ribeirinhas, caiçaras etc. E que é necessário que o conteúdo seja trabalhado da vivência de cada um desses

sujeitos, que tem suas particularidades. Para tanto, a escola necessita adequar o currículo ainda construído em uma dimensão do espaço urbano, para uma contextualização da educação do e no campo.

Apresentaremos, no segundo capítulo, o contexto histórico sobre as Ligas Camponesas sob a memória de Elizabeth Teixeira, importante liderança e, ainda, viva e lúcida em seus discursos sobre esta memória e a necessária reforma agrária, que muitos sujeitos do campo necessitam e lutam cotidianamente para implementá-la e o contexto da ditadura pós-1964.

No terceiro capítulo abordamos sobre a educação do campo e a prerrogativa do currículo contextualizado, presente nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, e como pensamos ser a operacionalização do conteúdo curricular “Ligas Camponesas” nas séries iniciais e na Educação de Jovens e Adultos.

No quarto capítulo, tratamos dos procedimentos metodológicos e no quinto capítulo o resultado de nossa investigação junto a professores/as, gestor/a e estudantes da escola campo, escolhida. Após, as considerações finais e apêndices, realizamos um registro cronológico sobre a violência do campo no período das Ligas Camponesas. Trabalho instigado e coletado através do registro nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outras fontes que contribuíram nessa sistematização.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA À LUZ DO PENSAMENTO DE ELIZABETH TEIXEIRA

Este marco teórico tem o objetivo de descrever o que foram as Ligas Camponesas como sujeito e os envolvidos nessa Liga, para suscitar à educação do campo esse fato histórico, em que a maioria da população, especificamente, na cidade que ocorreu as Ligas Camponesas, Sapé-PB - e não conhecem bem a sua própria história – fique, aqui, registrada. Tendo como interlocutora privilegiada a fala de Elizabeth Teixeira, importante liderança e esposa de João Pedro Teixeira, na visão dela, traz muitos elementos como tudo aconteceu.

2.1 COMO SURTIU A PRIMEIRA LIGA CAMPONESA: MEMÓRIA DE ELIZABETH TEIXEIRA

As Ligas Camponesas surgiram nos idos de 1950 e teve origem no sertão pernambucano, seu primeiro objetivo era lutar pela reforma agrária e melhoria de condições de vida, para quem necessitava viver de forma sustentável em suas comunidades de origem no setor camponês. Nesse contexto, o grau de exploração do ser humano no campo ainda herdava condições similares com o regime escravagista, sobretudo, a exploração de um imposto conhecido como *cambão*¹.

O primeiro líder das Ligas foi Francisco Julião Arruda de Paula. Advogado e militante de partido político de esquerda, cujos ideais focalizavam para a luta pela reforma agrária. Suas ideias sensibilizaram diferentes sujeitos individuais e coletivos. Foi o movimento mais respeitável pela reforma agrária no Brasil até o golpe civil/militar de 1964. Após o golpe, mais precisamente, a partir de um decreto o Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5, que destituiu organizações civis que criticassem o regime militar, as lideranças das Ligas Camponesas tiveram que assumir condição de clandestinidade e muitas foram mortas, desaparecidas ou perseguidas, até o final do regime militar.

Na cidade de Sapé, região do brejo paraibano, a Liga Camponesa se constituiu em 1958 e tem sido registrada como sendo a mais importante do contexto sócio

¹ Cambão também conhecido como ‘canga’ ou ‘obrigação em diária’. Tratava-se de um imposto a ser pago em serviço braçal nos dias de descanso, sábado à tarde e domingo, ultrapassando os direitos trabalhistas, que já haviam sido conseguidos no meio urbano. Enquanto os trabalhadores reivindicavam pagar em forma de foro, os latifundiários, em especial os usineiros cobravam o cambão (LEMOS, 1996).

histórico, nordestino e brasileiro. Teve como líderes João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, João Alfredo, Pedro Fazendeiro, Gregório Bezerra, Francisco Julião e outros que lutaram para melhorar a vida do campo.

Segundo Bandeira, Miele e Silveira (1997) Elizabeth Teixeira nasceu no dia 13 de fevereiro de 1925, na cidade de Sapé. Sendo filha Manoel Justino da Costa e de Altina Maria da Costa. Seu avô por parte de pai era um pequeno proprietário, e sua avó, que era de origem latifundiária. Elizabeth Teixeira exercia a profissão de professora.

Em análise autobiográfica, Elizabeth Teixeira diz que seu pai nasceu em Pilar, em 1894, e sua mãe nasceu em Sapé, em 1901. Eles se casaram em 1923 e tiveram nove filhos: Elizabeth Altina, Euclides Justino, Ana Altina, Severina Altina, Eudes Justino, Maria Dolores, Beatriz Altina, Ester Altina e José Justino.

Filha mais velha, o desejo do pai era que fosse homem. Aos poucos, o pai foi se acostumando de ter uma filha mulher, o segundo filho foi homem. Quando nasce um filho homem tinha o costume de usar fogos para avisar que era homem, uma discriminação assinalada por Elizabeth Teixeira.

Sua infância foi descrita como sendo típica da infância no campo, dos primeiros anos de vida tinha uma boa saúde, mas teve um atraso motor e só ando aos três anos de idade. Quando criança gostava de ver as galinhas com pintos novos, corria atrás dos cabritos, gostava das bonecas de milho, mas tinha medo de lagarta, brincava de esconder, corre-corre, brincava dentro do paiol de milho, boneca de pano. Também cuidava dos animais de criação como galinha, porco, colocava água e comida nas vasilhas dos animais (TEIXEIRA *apud* BANDEIRA, MIELE & SILVEIRA, 1997).

Entretanto, os pais de Elizabeth Teixeira eram rigorosos e apenas alguns dos filhos não iam para o roçado, quatro ou cinco trabalharam nas lavouras. Era Elizabeth que anotava o peso do algodão em cada saca de algodão do papel depois somava, ela ajudava na mercearia, vendia carne de charque, café, açúcar, sal, tinha uma banca de bicho que passava os jogos.

Visto que ela gostava de estudar, a escola sempre chamou atenção de Elizabeth Teixeira. O primeiro professor de Elizabeth Teixeira usava a palmatória como castigo, castigo de joelhos, livro em cima da cabeça dos alunos. No primeiro ano de alfabetização aprendeu a conhecer as letras e juntar as sílabas e seu irmão também estudava um grupo de crianças que tinha aulas particulares com o professor. No ano seguinte foi para o colégio estadual num povoado chamado Sobrado, que era bem distante de sua casa. Na escola o professor era exigente queriam que os alunos

soubessem os limites no território brasileiro e dos estados, na matemática uma excelente aluna sempre respondia as perguntas (BANDEIRA, MIELE e SILVEIRA, 1997).

Mas, seu pai não deixou que dessa continuidade a seus estudos parasse no segundo ano primário. Seu irmão continuou a estudar mesmo sendo a escola distante de sua casa. Ao padrinho de Elizabeth pediu que a mesma continuasse a estudar, mas seu pai não voltou em sua decisão e Elizabeth não conseguiu continuar seus estudos. Seu irmão caçula com quatorze anos decidiu estudar e fez até o quarto ano primário e avançou um pouco mais. Pois, assim aos domingos se reencontrava com os colegas da escola contava como estava a escola e os avanços que ele conseguiu e isso a deixava triste e perguntava sempre a mãe por que não tinha direito de estudar, e a mãe dela falava ‘não posso’ era o pai que decidia e as duas choravam por Elizabeth não poder estudar (Idem, 1997).

No dia 15 de novembro de 1940, com 15 anos de idade Elizabeth Teixeira conheceu João Pedro na mercearia do seu pai. O pai de Elizabeth Teixeira um médio agricultor, comercializava algodão, banca de jogo de bicho, vendia farinha, feijão, milho, algodão, criava cabra, gado e burro para transportá-lo aguardente em barril. João Pedro era operário, tinha trabalhado na terra, esse ano ele trabalhava na pedreira no Sítio Anta, que fica nas terras dos Ribeiro Coutinho, aperfeiçoando pedra para paralelepípedo, catacumba, construção de prédios na cidade. Os empregados da pedreira compravam na mercearia do pai de Elizabeth Teixeira e assim João Pedro conheceu Elizabeth Teixeira. (TEIXEIRA *apud* BANDEIRA, MIELE & SILVEIRA, 1997).

De maneira que o pai percebeu os olhares entre os dois, e proibiu que João Pedro fosse fazer compra na mercearia dele, mas ele continuou a fazer as compras e o pai retirou Elizabeth na mercearia, assim continuou o namoro por carta, no dia 10 de junho ela fugiu de casa, no dia 26 de julho se casaram no civil. O namoro foi por carta, ninguém sabia do namoro. As cartas eram jogadas dentro da casa e ela pegava rápido, assim sendo as cartas eram guardada na fronha do travesseiro, na tarde que fugiu retirou e colocou dentro da bolsinha para levar. Quem escrevia as cartas era um amigo de João Pedro, chamado Sebastião Pedro.

Sebastião Pedro servia o Exército combateu a Alemanha, voltou da Guerra se casou tornou-se Pastor da Igreja da Assembleia de Deus. Outras vezes era uma esposa de um amigo de João Pedro que entregava as cartas quando vinha fazer as compras na mercearia. Sebastião Pedro era pastor da Igreja Assembleia de Deus, em João Pessoa, e havia estado várias vezes na casa de Elizabeth Teixeira.

Ainda, nas memórias de Elizabeth Teixeira (1997), há o registro que ela e João Pedro fugiram no dia 10 de junho de 1942, às 10 horas da noite, João Pedro estava esperando no carro para ir direto á casa do tio dele. Depois casaram em Cruz do Espírito Santo, no civil e no religioso, no dia 26 de julho no mesmo ano. O pai dela não aceitou o pedido de casamento que João Pedro fez falou que Elizabeth Teixeira estava louca casar com homem pobre e negro. João Pedro escreveu uma carta perguntando se ela gostaria de casar com ele, ela respondeu que sim e planejaram a fuga. fugiram a noite, mas o vigia do sitio viu pensou que era ladrão e viu Elizabeth Teixeira fugiam com João Pedro num carro os pais dela ficaram sabendo na mesma noite e a mãe passou mal e um médico foi chamado para atender a mesma. O pai passou três meses sem se alimentar e ficou como um louco, era a filha mais velha que os pais tinham muito amor, conforme palavras de Elizabeth.

Quando se casaram a família de Elizabeth se afastou da mesma, e logo a maternidade, criar filhos e cuidar da agricultura passou a ser sua rotina. Teve basicamente um filho por ano, um atrás do outro e foi difícil criar os 11 filhos sem a presença dos avós maternos.

Moraram na Fazenda Massangana por cerca de dois anos e pouco na casa do tio de João Pedro que era gerente da Fazenda. E foi esse tio Luiz Pedro que criou João Pedro, que nasceu na cidade de Pilõezinhos – PB no ano de 1918. Quando seus pais se separaram sua mãe se chamava Dona Lia seu pai João Pedro, João Pedro filho ficou com um ano e poucos meses sua irmã com um mês. Dona Lia casou com 12 anos de idade. Com 14 anos teve seu primeiro filho João Pedro.

Quando João Pedro pai casou arrendou uma terra na cidade de Pilõezinhos – PB. Depois de dois anos do arrendamento começaram as brigas com o proprietário. No mês de junho Dona Lia sabendo da disputa molhou a roupa do marido tentando evitar o conflito, no entanto o marido secou as roupas no pé do fogão e foi para festa. Assim que chegou à festa encontrou com os dois filhos do proprietário e com dois capangas. Iniciou-se uma briga entre eles e João Pedro matou duas pessoas. Então ele desapareceu deixando filhos e esposa para trás.

Com o desaparecimento de João Pedro (pai), Dona Lia e família veio morar em Guarabira, sem condição de criar os filhos ela deu o menino para os avós paterno e ficou com a menina. Por consequência da tuberculose a menina faleceu. Depois do falecimento do avô João Pedro foi morar com o Tio na Fazenda Massangana. Anos

depois Dona Lia mudou para Usina Santa Helena Sapé- PB, sendo de religião espíritas muitas pessoas e os donos na Usina Santa Helena iam, por vezes, se consultar.

Na visão de Elizabeth Teixeira as Ligas surgiram **como forma de organizar o homem do campo**, pois este estava sofrendo com as inúmeras injustiças promovidas pela mão armada do latifúndio, a falta de pagamento moradia precária e trabalhava um dia para o dono da terra de graça e isso levou os camponeses a se organizar e formarem a Liga Camponesa em Sapé.

Em sua saga, ela ainda conta que João Pedro foi assassinado a mando do Grupo da Várzea, por pistoleiros, no ano de 1962. Já havia sofrido inúmeras ameaças para interromper os trabalhadores através das Ligas Camponesas. Ele retornava de João Pessoa, de onde havia ido compra material escolar para os filhos em idade escolar.

Após o seu assassinato, Elizabeth Teixeira, falou sua frase célebre, relembra até hoje: “Eu marcharei na tua luta”. E seguiu organizando a Liga em Sapé e cobrando justiça pelo assassinato de seu marido.

As Ligas Camponesas tiveram crescimento substancial sob a liderança de Elizabeth Teixeira, na Paraíba. O registro foi do militante das Ligas, Francisco de Assis Lemos, ao registrar sua saga no livro “Nordeste: O Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe De 64”, em 1996.

Várias tragédias ocorreram, posteriormente, a morte de João Pedro, como o suicídio da filha mais velha, e o sequestro de dois filhos pequenos feitos pelo avô, o pai de Elizabeth. Além, de um tiro que outro filho levou e ficou paraplégico.

Quando veio a efetivação do golpe em 1964, Elizabeth Teixeira fugiu com apenas um dos filhos e ficou clandestina por vários anos, até ser resgatada pelo cineasta Eduardo Coutinho que produziu o filme “Cabra Marcado para Morrer” reuniu Elizabeth Teixeira com todos os seus filhos, novamente. Esse importante cineasta iniciou a filmagem ainda em 1964, mas teve que interromper devido o percurso do golpe.

Acreditamos que essa memória necessita ser contextualizada no currículo escolar, sobretudo, nas escolas municipais ou estaduais localizadas no município de Sapé-PB, onde atualmente possui um importante Memorial das Ligas Camponesas que constitui importante acervo documental e cultural sobre as Ligas.

2.2 AS LIGAS CAMPONESAS NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Os debates em torno da luta pela terra perpassam um contexto histórico de herança colonialista que resultou numa constituição agrária na base do coronelismo e do controle da terra e do sistema político dos eleitores, por parte da nascente classe latifundiária no Brasil.

Para Caldart (2012), no início do século XX, o movimento pós-abolição, que lutou para ter políticas de reparação social; O movimento operário da região sul/sudeste, que reivindicava desenvolvimento industrializado e direitos trabalhistas; o Movimento Tenentista que questionou a política oligárquica e as péssimas condições dos tenentes, enquanto menor hierarquia militar; A Semana de Arte Moderna, que deu visibilidade aos anseios por uma sociedade moderna e as atividades do Partido Comunista deram uma tona pela indispensável modernização brasileira, que necessariamente, teria que realizar a reforma agrária nos moldes europeus, mas foi com as Ligas Camponesas, na década de 1950 que esse anseio ganhou corpo com rosto e voz dos sujeitos da terra:

Nos anos 1950, o tema voltou a ganhar fôlego no bojo de intensas discussões sobre a necessidade de desenvolvimento e industrialização. Nesse momento o latifúndio consolidou o sentido que ganhara, anteriormente, como sinônimo de monopólio da terra, atraso tecnológico e relações de trabalho marcadas pela dependência e exploração [...] o latifúndio passou a ser significado como 'emblema mítico' e foi contra essa figura que se voltavam as organizações que falavam em nome dos trabalhadores do campo (associações de lavradores, Ligas Camponesas e, posteriormente, sindicatos rurais) (CALDART; PEREIRA; LENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 446).

A elite brasileira associava a luta por reforma agrária à prática do comunismo em suas propagandas constantes. Após o golpe de 64, o termo latifúndio ganhou força legal institucionalizada, através do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964). Nessa legislação passou a se classificar quatro tipos de imóveis rurais: minifúndios, de tamanho inferior a um móvel rural; latifúndio por exploração, com área de 1 a 600 módulos, com fins especulativos; latifúndio por extensão, com área superior a 600 módulos, independente do tipo e característica da produção e empresa agrícola, que seriam imóveis com área de 1 a 600 módulos, caracterizado por serem propriedades com exploração racional do solo.

O Estatuto da Terra possuía inúmeras contradições, quanto a quem podia ou não solicitar a posse da terra. Mas ainda, assim, apregoava o fim gradual dos minifúndios e

latifúndios, considerados fontes de tensão social, desde a Lei de Terras, de 1850, que deixou de fora pessoas escravizadas, ex-escravos, indígenas, mulheres e analfabetos.. Segundo Caldart (2012, p.447), “O Estatuto da Terra previu as condições institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social e a transformação do latifúndio em empresas”. Ou seja, caso ficasse caracterizado que a terra estava improdutiva, um determinado grupo social que desejasse ocupar e plantar poderia requisitar a condição de empresa agrícola. Tal debate de confronto de interpretação de ideias no meio judiciário continuou até a Constituição de 1988, quando esta afirmou em seu artigo 5º, XXIII, “a propriedade deve atender a sua função social” (BRASIL, 1988).

Além disso, durante o período dos Governos Castelo Branco, Costa e Silva, Médici (esse, principalmente), Ernesto Geisel e Figueiredo os camponeses eram tratados como criminosos e fichados na polícia federal, caso fossem ligados a alguma associação ou sindicato (CITADINO, ano).

Nesse contexto, a imposição de episódios violentos e a chamada “doutrina de Segurança Nacional” condicionaram a perseguições, aprisionamentos seguidos de torturas e mortes de pessoas ligadas aos movimentos camponeses, em especial, às Ligas Camponesas.

Como foi o caso das mortes de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba. Segundo relatos de familiares na Comissão Nacional da Verdade instalada em 2012, para apurar os crimes de estado realizados na ditadura, eles foram achados mortos muitos anos depois carbonizados. No caso de Pedro Fazendeiro, que era chamado de “Fazendeiro” porque vendia tecidos (conhecido também por fazendas), ele fora preso no quartel do 15 RI, em Cruz das Armas, João Pessoa, e foi dado como solto, mas nunca retornou a família. E João Alfredo, conhecido como Nego Fuba, possivelmente, foi queimado vivo em caldeirões das usinas, com a conivência do estado militarista, uma vez que ficou preso também no 15 RI, mas seu corpo foi encontrado carbonizado, após anos, próximo a usina (BRASIL, 2014).

Ambos tinham por função cadastrar camponeses/as que quisessem se filiar a Associação das Ligas Camponesas em Sapé. Até a advogada deles sofreu privação e tortura física e psicológica para não mais defendê-los.

Sendo assim, o retrato dessa memória com todos os seus mosaicos sobre estas e outras perseguições aos camponeses estão consagradas e registradas no Relatório Nacional da Comissão da Verdade (Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011). No livro correspondente à Comissão Camponesa da Verdade.

E, além de justiça social, e reparação indenizatória, também, se anseia por luta para que esses registros possam fazer parte do ensino de história no currículo escolar.

Compreendemos ainda que todo o contexto da Ditadura Civil e Militar violou profundamente os direitos humanos e o direito à memória. Para Bosi (1994, cp.): “A recriação do passado feita por pessoas simples vivas de história, é diferente da versão oficial que se lê nos livros”. E essa recriação “rouba as lembranças do passado e o sentido das pedras da cidade”. Nesse entendimento, essa memória precisa ser “penetrada pela alegria do concreto”.

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO UM DIREITO DE QUEM VIVE DO OU NO CAMPO

Desde a colonização que os latifúndios, através do poder oligárquico vem provocando o analfabetismo nas populações rurais e urbanas. Destruindo, assim, a agricultura familiar que sustenta a maioria dos empregos ou da população numa cultura de destruição no meio ambiente que sustenta e equilibra o ecossistema a agricultura familiar. Sendo o meio ambiente agredido com a economia capitalista.

Portanto, necessita-se promover uma nova cultura que possibilite o direito a educação no campo com sustentabilidade. Segundo Pires (2012, p.23):

Esse quadro, historicamente, permanece praticamente inalterado. Desde as capitanias hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária brasileira vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Isso tem provocado grandes desigualdades socioeconômicas no campo brasileiro, com o alto preço de destruição da agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria da população rural, elevados índices de analfabetismo e deterioração do meio ambiente.

Compreende-se que o campo brasileiro vem sofrendo exploração na sua estrutura fundiária desde as capitanias hereditárias excluindo direitos importantes e fundamentais dos camponeses, como o direito a educação moradia e a agricultura familiar. Tal processo de exclusão se perpetua com os chamados latifúndios modernos.

Desta forma, a propriedade rural vem sendo usada como divisão territorial e divisão de classe, o capitalismo vem mondando o campo e sua estrutura desde agricultura até os direitos de construir escolas do e no campo.

Portanto, o poder instituído ao longo do processo histórico foi aos poucos constituindo as políticas públicas para realizar inúmeras propostas para educação do campo, no intuito de diminuir a dessemelhança no campo, assim promovendo igualdade entre os sujeitos excluídos do coletivo campesino.

Foi com as lutas dos trabalhadores rurais, trabalhadoras rurais e jovens rurais que essas políticas públicas condicionaram as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002; 2003; 2008 e 2009) e as resoluções atuais que asseguram uma educação contextualizada.

Segundo Pires (2012, p. 24):

Essas desigualdades, inclusive as educativas e escolares, demonstram que há uma dívida histórica por parte dos poderes públicos quanto ao aporte de políticas públicas para os povos do campo. A luta dos(as) trabalhadores(as) rurais tem sido fundamental para a materialização

dessas políticas, na medida em que vem contribuindo para a elaboração e aprovação de normas legais para o seu desenvolvimento e inserido os(as) trabalhadores(as) rurais como protagonistas desse processo de construção de uma Educação do Campo como política pública.

Por isso, que as práticas escolares vêm sendo reformuladas para atender as perspectivas, mudando-as e aproximando-as da realidade dos estudantes do campo, para que eles se sintam inseridos no contexto escolar. Esses alunos vão se apropriando de sua história que foi negada por muito tempo e atualmente a Educação do Campo vem sendo quebradas as barreiras impostas pelos latifundiários.

Trata-se de pensarmos a educação no campo e não apenas para o campo! A ideia dessa busca perpassa pelo sentido de diferentes aprendizagens. Uma delas, as aprendizagens com os movimentos sociais e suas memórias que é bastante problematizada através da Educação Popular.

Para Caldart (2012, p. 546): “A Pedagogia do Movimento afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intenso e historicamente determinado de formação humana”. Essa ‘Pedagogia do Movimento’ ganhou corpo nas fontes e saberes suscitados pela Educação Popular através da reflexão da *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987).

Sendo assim, busca-se transpor para a educação formal no campo uma educação que tenha ênfase na pedagogia *do* e não *para* o oprimido feita pelos sujeitos, pois como dizia Freire (1987, p.127): “Não há realidade histórica que não seja humana. Não há história sem homens (**e mulheres**), como não há uma história para os homens, mas uma história de homens que, feita por eles (**elas**) também os faz” (**grifo nosso**). Freire fez uma alusão ao pensamento de Marx ao colocar que existe uma disputa na versão da história. E, por tempos o currículo privilegiou heróis e generais, sem se preocupar com a versão dos ditos ‘excluídos da história’. Foi desses anseios que muitos movimentos sociais ligados aos direitos dos sujeitos do campo pensaram em uma postura pedagógica curricular para o campo.

Um marco importante que foi a elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (2002) possui em seus eixos, a preocupação com o ensino dos povos do campo, como segue:

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (BRASIL, 2002)

Portanto, a escola do campo precisa necessariamente atender as discussões pertinentes ao eixo memória coletiva:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na **memória coletiva** que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Idem, 2002).

Dessa forma, o processo educativo deve contextualizar, problematizar, simbolizar, enriquecer e tornar ensino o que diz respeito as suas memórias identitárias através do currículo.

3.1 O CURRÍCULO: ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nesse tópico faremos uma breve descrição sobre currículo “sua centralidade no panorama educacional” e as novas perspectivas sobre currículo contextualizado que é o “ensino se revestindo da identidade de seu aluno”.

A palavra *curriculum*, de origem latina significa: “o curso, a rota, o caminho da vida ou das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas”. Para Carvalho e Ferreira (2016) o currículo educacional representa a síntese dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social expresso pelo trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. Comumente é classificado por currículo oficial, currículo real e currículo oculto.

O currículo oficial é o que está prescrito na legislação educacional e para ser cumprido precisa atender o que orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96 e o conjunto de legislações do ensino, como os antigos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Diretrizes Curriculares (DCNs) entre outros. Mas, recentemente, a discussão central está focada no documento conhecido por Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que em sua segunda versão (2016), ancorado no Plano Nacional de Educação (PNE- 2014-2024) reúne princípios que versam sobre: princípios do direito a aprendizagem de forma ética, garantia da

diversidade de pensamento crítico e político e estéticos. Sobre a Educação do Campo o BNCC, afirma que:

[...] a educação do campo fundamenta suas ações de acordo com a LDB, mas contempla adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo componentes curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos educandos, incluindo a adequação do calendário escolar às fases dos ciclos agrícolas, às condições climáticas e às características do trabalho do campo, **retratando as lutas e a resistência dos povos do campo** pelo acesso e permanência na terra (BRASIL, 2016, p.36). (**GRIFO NOSSO**).

Percebe-se que já se encontra na propositura do currículo oficial a orientação para se trabalhar a memória camponesa. No entanto, o currículo real é aquele onde de fato ocorre as ações pedagógicas no chão da escola e é necessário saber se de fato este vem sendo implementado. Por vezes, essa discussão sobre a história de lutas dos povos do campo ficou de forma ausente - currículo oculto - no fazer pedagógico e é justo por essa razão, que ainda é tão difícil de se realizar esse trabalho, mesmo em uma escola localizada em assentamento, que só se constituiu como tal, a partir de um processo de luta pela posse e permanência na terra.

Segundo o curricularista Michel Apple (2016): “[...] é possível ter uma percepção mais ampliada do currículo, como um conteúdo elaborado por certas camadas sociais, segundo suas ideologias, disputas, preocupações e comprometimentos culturais, políticos e econômicos”.

Apple estabelece uma crítica ao termo “grade curricular” e direciona a reflexão sobre a compreensão da instrução escolar a conteúdos envoltos de significados vivos e não “aprisionados” ao campo factual ou economicista, mas ligado às conexões sociais e culturais.

Para Goodson (1996) o currículo é definido como um percurso a ser seguido, como conteúdo apresentado para estudo. O currículo constitui expressivo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis.

Conhecimento escolar e experiência de aprendizagem concebem os dois sentidos mais usuais da palavra currículo, desde sua incorporação a linguagem pedagógica. Currículo passa a significar o conjunto de experiências a serem vividas pelo estudante sob a orientação da escola. Constituem perguntas centrais nessa segunda abordagem:

como selecionar, oferecer, como organiza-lo e estabelecer o relacionamento do estudante com os conteúdos?

A preocupação com a experiência do aluno persiste e amplia-se em definições que chegam a conceber o currículo como a totalidade das experiências por ele vivenciadas, como o próprio ambiente em ação. Os que defendem essa perspectiva buscam conhecer e compreender tais experiências, a fim de considera-las e aproveitá-las em atividades pedagógicas que promovam crescimento individual e social (MOREIRA,1997).

De acordo com Moreira (1997), o currículo deve levar em conta a experiência de seus alunos para melhor compreensão do assunto nas disciplinas, o ambiente escolar deve adequar o currículo as experiências no cotidiano do aluno compreender a vida e sociedade que viver.

Segundo Grispino (2005) o currículo contextualizado apresenta temas do dia-a-dia da comunidade como “moradia, famílias, artesanatos, comercio, agricultura, literatura e outros” e a escola cria projetos que vão ao encontro do perfil do aluno.

Para Caldart (2004, p.316): “Os movimentos sociais não têm sido figuras muito presentes nas teorias pedagógicas; nem como sujeitos educativos, nem como interlocutores da reflexão sobre educação”. Nesse sentido, é necessário no currículo contextualizado pensar os saberes locais e a memória das lutas, de tal forma que possa refletir processos de aprendizagens e de ligação com a cultura e a história.

Por tanto, ao pensarmos o currículo contextualizado para as escolas no campo, refletimos sobre os seguintes desafios: trabalhar com temas geradores, a exemplo de: identidade, memória, equidade, etc. Sobre o tema “memória” há inúmeras possibilidades de se discutir sobre uma perspectiva inter, trans e multidisciplinar e de forma transversal: associar uma linguagem escrita envolvendo representação simbólica dos sujeitos do campo que tombaram na luta pelo direito à terra; Resolver u elaborar problemas, ou representar gráficos contextualizando o número da violência no campo; trabalhar as quatro operações matemáticas através de problemas que tenha haver com as necessidades de compra e venda da produção agrícola; realizar produções textuais sobre as lideranças camponesas; trabalhar o ensino de artes através de pesquisa em registro fotográfico de pessoas que simbolizam a luta das Ligas Camponesas ou realizar aulas campo em museus ou memoriais de trabalhadores rurais, a exemplo do Memorial das Ligas Camponesas, localizado no município de Sapé-PB; apresentar filmes, como “Cabra Marcado para Morrer” .

Enfim, existem inúmeras formas de pensarmos e efetivarmos o currículo contextualizado a partir das Diretrizes Operacionais da Educação do/no campo, e de acordo com os Parâmetros Curriculares de cada modalidade de Ensino.

4 METODOLOGIA

Segundo Barros e Lehfeld (2003, p. 37), deve-se realizar, no início a etapa investigatória exploratória, para depois ir traçando as estratégias que conduzirão à implementação e à execução do projeto de pesquisa. Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa em três fases: bibliográfica, documental e de campo.

Na fase bibliográfica priorizamos os aportes historiográficos sobre as Ligas Camponesas e os da literatura científica educacional, que constam em nossas referências. Quanto aos documentos, serviram de base a LDB (1996), as Diretrizes Operacionais do Campo (2002), o BNCC (2016), o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade (2014) e o PPP da escola investigada.

4.1 Sujeito da pesquisa: Alunos/as, Professor/as e gestor/a da Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista (Sapé-PB).

4.2 Procedimentos: Aplicamos um questionário com estudantes das turmas do 2º, 3º, 4º, 5º e EJA, ciclos 1 e 2. Também, com os/as professores/as. Além disso, analisamos o Projeto Pedagógico da Escola e realizamos visitas ao Memorial das Ligas Camponesas, importante instituição que retrata para seus visitantes o registro da história das Ligas.

A nossa pesquisa está intimamente ligada a nossa experiência no estágio curricular, de tal modo, que realizamos os nossos estágios na mesma escola que realizamos a atividade experiência, sendo, portanto, possível se apropriar mais sobre a identificação curricular presente na referida escola.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A Escola Boa Vista foi construída na década de 1950 às margens da antiga estrada que ligava a Fazenda Boa Vista do povoado de Maraú ao núcleo urbano da cidade de Sapé. Hoje PB 004 que liga a cidade de Sapé a cidade de Cruz do Espírito Santo em direção a capital Paraibana.

A princípio a escola era mantida pelo proprietário da fazenda com a função de alfabetizar os filhos dos trabalhadores rurais da referida fazenda, como forma de atender as pressões manifestadas no Movimento das Ligas Camponesas de Sapé.

O nome da escola obedeceu a exigências dos proprietários da Fazenda, visto que fazia parte do complexo de moveis da mesma. A partir da década de 1970 a referida escola foi esta estadualizada, sendo agora pertencente e obedecendo as orientações da Secretaria de Educação do Estado e mantida pela mesma, más, gestada por pessoas indicada pelo proprietário da Fazenda.

Com a falência da Usina Santa Helena pertencente ao Grupo de Usinas da família Ribeiro Coutinho, a qual era proprietária da Fazenda Boa Vista, que gerou um número consubstancial de trabalhadores rurais e lavradores desempregados, onde muitos migraram para as cidades próximas e outras se uniram aos gritos e vozes de outros brasileiros trabalhadores rurais, que sem terras, sem trabalhos e sem dignidade. Na imagem, abaixo, podemos ver como escola se encontra, atualmente!



Fonte: Arquivo pessoal, Sapé, em 10/2016.

Neste sentido por ações movidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terras do Brasil (MST), que resultaram na desapropriação das terras da antiga Fazenda Boa Vista que ora estavam improdutivas para cumprir sua função social que é de garantir a vida conforme a legislação através do programa de reforma agrária no ano 1998.

Desta maneira, a escola desta vez ficou localizada em terras apropriadas pelo Assentamento. Onde foi construído um prédio novo dentro da agrovila para facilitar a localização e evitar os riscos, já que após morte de uma aluna no momento que estava atravessando a rodovia da Agrovila para o antigo local da escola.

Este fato motivou e sensibilizou e os assentados que requerem ao estado a construção do atual prédio. Hoje em dia a escola funciona nos três horários: manhã, tarde e noite oferecendo o ensino das séries da educação básica I (Ensino Fundamental do 1º ano 5 ano).

A escola possui livros, ábacos, tabuadas, quebra-cabeça, bingo, alfabético lúdico, tapete numérico, alfabeto, resta um, xadrez, dama. Um cuidadora da educação especial, uma cuidadora da modalidade EJA para os filhos dos alunos para que seus pais estudem a noite. A escola tem rampa de acesso na entrada da escola.

A escola possui ainda um terreno cuja área é considerada de porte médio, que se estende desde a rodovia PB 004 em posição Oeste, possui um prédio de alvenaria de tijolos e telhas com 11 cômodos: 01 (um) pátio descoberto; 01 (um) pátio coberto; 02 (duas) salas de aulas 01 (um) diretoria;01 (uma) sala de professores (transformada em sala de aula); 01 (uma) cantina;01 (uma) cisterna e 01(uma) caixa d' água de1000 litros, com uma bomba hidráulica. Nos bens e utensílios são cadeiras e carteiras; 03(três) bureau de professores e diretores; 06(seis) armários de ferro; 01(um) televisor de 29(Semp Toshiba); 01 (um) DVD, 01 (um) ventilador, 01(um) freezer horizontal; 01(um) gela-água fogão industrial de duas bocas; 03(três) botijões de gás e uma bomba hidráulica.

A sala de Recursos Multifuncionais é um espaço para Atendimento Educacional Especializado (AEE) sendo uma ação do sistema de ensino no sentido suporte de oferecer o suporte às necessidades educacional dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias. O papel do AEE é de oferecer o que não é próprio do currículo escolar, propondo objetivos, metas e procedimentos educacionais específicos e suas ações são definidas conforme o tipo de

deficiência, numa perspectiva de complementar ou suplementar suas necessidades educacionais, isto é, não é reforço escolar.

Os professores destas salas atuam de forma da classe comum para a definição da estratégia pedagógicas que favorecem o acesso aluno com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo entre outras ações para promover a inclusão deste aluno. Na sala de Recursos Multifuncionais são atendidos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotado.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SEM) dispõem de materiais e recursos:

- equipamentos: televisão aparelho de DVD, scanner, computadores, impressora;
- mobiliário adaptado: jogos pedagógicos adaptados ou não.

Estas SRM fazem parte da ação do MEC compartilhada com os estados e municípios você encontra mais informações no site do MEC: www.mec.gov.br/ou publicação de Alves, Denise de Oliveira. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília; MEC 2006. Nesta publicação traz a definição de AEE (Atendimento Educacional Especializado), alunos atendidos perfil do professor e de mais informações pertinentes.

A sala de atendimento inclusivo passou por um reforma, mas o espaço é bom, o material didático é bastante amplo, a professora faz material de sucata. A escola atende os alunos de outras escolas:

- EMEIEF Pedro Ramos Coutinho;
- EMEIEF 21 de Abril;
- EMEIEF Senhor do Bomfim;
- EMEIEF Barra de Antas;
- EMEIEF Nova Vivência;
- EMEIEF Joaquim de Almeida Filho.

A escola atente no turno de manhã e a tarde os alunos com as seguintes deficiências:

No turno de manhã:

- 1-Surdez;
- 2- Intelectual;
- 3- TGD- Transtorno Global;
- 3-D. Múltipla- 1-PC. Autismo,2 Intelectual e Fisico;
- 3-Intelectual Imperativo;
- 1- Síndrome Down.

No turno da tarde:

- 10- Intelectual;
- 1-Surdez;
- 2-TGD- Transtorno Global de Desenvolvimento;
- 4- D. Múltipla.

O atendimento é feito duas vezes por semana dependendo do caso são feito o atendimento em dupla. O plano é individual, são usados materiais como caixa de areia,

quebra- cabeça. À professora vai uma vez por mês a FUNAD para fazer cursos na prefeitura e dar suporte pedagógico.

5.1.1 Gestão Escolar

A escola existe cargos de direção, dois coordenador do mais educação , um conselho. A escola é gestada pelo responsável legal, representada pelo diretor /diretora, tendo seu ato publicado em Diário Oficial do Estado e nomeado pelo mesmo, e em consonância ao conselho escolar que é a entidade receptora e executora dos recursos vindo á escola, sendo este representado pelo (a) seu/sua presidente que é o representante dos outros membros que constituem o conselho. Os membros do conselho são eleitos democraticamente pela comunidade escolar, com mandato de duração de 2 (dois) anos podendo ser prorrogado por igual período se assim a comunidade escolar decidir e obter aprovação da maioria, conforme diz o estatuto da escola .Os alunos anual são registrado no Censo escolar EC/INEP das matriculas no AEE.

O suporte pedagógico da escola é direcionado a 1ª Gerência Regional de Ensino e também órgãos integrados e que se constituem em um apoio ao suporte pedagógico: IPHAEP- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba; FCJA- Fundação Casa de José Américo; FUNAD- Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência; FUNESC- Fundação Espaço Cultural; FUNES- Fundação Emani Sátiro e FUNECAP- Fundação Casa do Estudante da Paraíba.

O espaço da escola é democratizado, onde todos da comunidade escolar, pais e demais assentados, entre outros, tem acesso desde que seja para fins necessários ao desenvolvimento do processo educativo, coerente e consistente.

A escola tem 7(sete) professoras todas com curso normal profissionalizante ou logos, 3(três) com curso superior, e são contratadas com 20 horas semanas. 01(Uma) diretora,01(uma) secretaria,03(três) técnico-administrativo,01(um) auxiliar-secretario,01(um) inspetor,01(um) apoio a informática,02(duas) cuidadoras,02 (dois) porteiro,02(duas) merendeiras, 02(duas) auxiliar de serviços gerais,03(três) vigiar. A formação desses profissionais: 04(quatro) com cursos superior, 05(cinco) com o ensino fundamental,04(quatro) com ensino médio.

5.1.2 Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e organização da prática pedagógica curricular da Escola Boa Vista

O PPP da escola está passando por reformulação para se adequar, pois a escola também atender alunos matriculados no AEE. A escola foi registrada sob o nº 625120255 no Conselho estadual de Educação (CEE), e sob o nº 145/97 que autorizou o seu funcionamento. Possui um Conselho Escolar cujo CNP: 03.938.259/0001-76, que é a entidade receptora e executora dos recursos advindo dos planos de educação e de manutenção da escola. A escola é de porte 7-A.

Por se tratar de uma unidade escolar rural orientar-se em conformidade as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1 de 03 de abril de 2002.

Neste sentido, são incorporados ao currículo aspectos e valores da educação do campo dentro dos conteúdos e dos temas transversais.

O Referencial Pedagógico adotado pela escola é orientado pelos preceitos legais do país, fundamentado nas adequações propostas preceitos legais do país, fundamentado nas adequações propostas pelo Governo do Estado da Paraíba através da sua Regional de Ensino e do Conselho Estadual de Educação, bem como nas propostas fomentadas pela equipe gestora e executora do referido projeto, voltados a realidade do educando. Neste sentido, pretende-se atribuir valores e conceitos direcionados a realidade social, geográfica, econômica como forma de prover um conjunto de conhecimentos alicerçados em fundamentação prática e coerente com as necessidades do público atendido pela escola.

O público atendido pela escola se constitui entre os filhos dos Assentados, os próprios Assentados e de filhos de trabalhadores rurais não pertencentes ao assentamento máis, pertencentes as redondezas da escola. No entanto a escola não se omite em receber qualquer aluno ou interessado em fazer parte do processo de educação, atendendo assim o Art.205 da Constituição Federal. As matrículas são efetuadas aos de idade mínima de 6 (seis) anos no 1º ano do ensino fundamental, sem idade limite para as demais séries, visto que a escola oferece o processo educativo na modalidade EJA.

Como a comunidade é bastante carente de recursos financeiros, poucos possuem cisternas, poços, cacimbões ou similares tendo seu abastecimento suprido pelo poço artesiano da escola. Pratica esta habitual e adotada em acordos efetuados pela Diretoria do Assentamento, a Diretoria da Escola e o Governo do Estado no ato de construção da escola, visto que os recursos naturais constantes no subsolo brasileiro não têm propriedade própria, sendo administrado e explorado pelo poder público competente, cujo seu usufruto é destinado a sua própria nação ou público que atende.

A organização do currículo se dá por meio dos ciclos de ensino sendo o primeiro ciclo compreendendo o 1º, 2º e 3º anos, e o segundo ciclo o 4º e 5º anos. Neste sentido a alfabetização, o processo decodificação, leitura, interpretação textual, desenvolvimento da escrita, domínio das operações matemáticas, e resolução dos problemas, bem como o conhecimento da história, ciências, e do espaço geográfico no segundo ciclo. Programa Mais Educação, Primeiro Saberes da Infância, PNAIC, Liga pela Paz.

A avaliação possibilita conhecer o quanto ele tem determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Cabendo ao professor/a desenvolver praticas de análises e avaliações que se constituam em um procedimento construtivo.

A avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho. Podemos, então definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes como os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas.

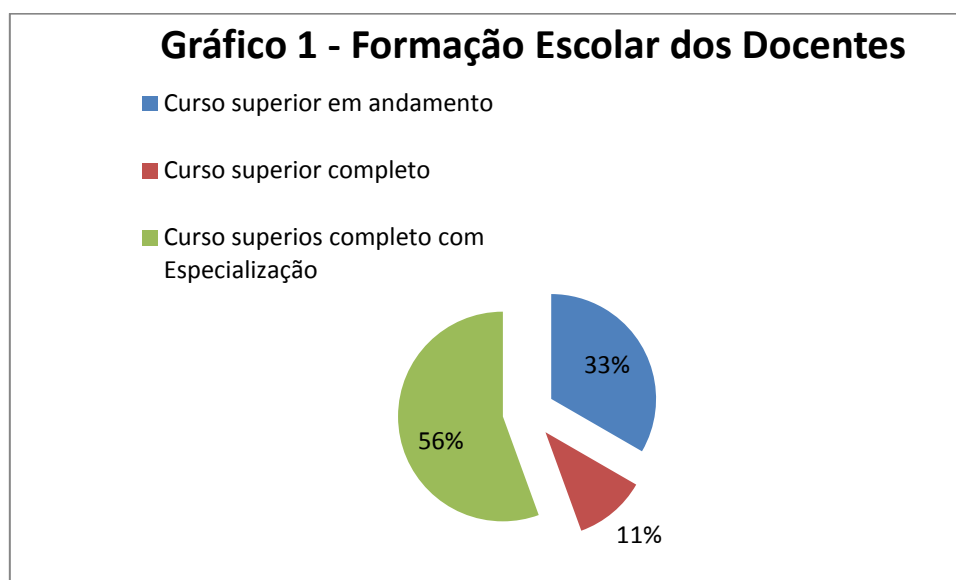
O aluno matriculado de a educação especial participar da leitura ouvindo atentamente, pois a professora faz um círculo para conta a história.

5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: a concepção sobre as Ligas Camponesas no olhar dos estudantes, professores e gestor

O perfil da gestora apresentado em nossa pesquisa identificou que a gestora pertence ao sexo feminino, é de origem urbana trabalha há mais de dez anos como docente e possui Curso superior completo com especialização.

Além disso, ela tem conhecimento sobre as Ligas Camponesas. Conhecimento este que ouviu falar em palestras na própria escola e no Memória das Ligas Camponesas. Considera, ainda, que essa memória deve estar presente no currículo, porque a escola é situada no campo. Sempre que possível, a gestora solicita material junto à secretaria específico sobre as Ligas Camponesas, para desenvolver trabalhos e realiza/incentiva “mini-projetos”.

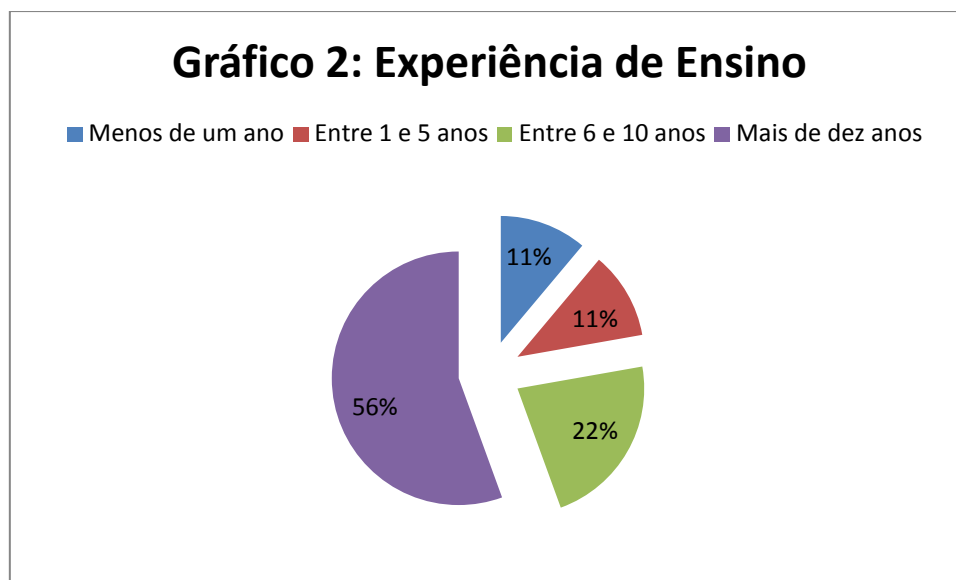
Em nossa sistematização do perfil docente foi diagnosticado na amostra de 09 (nove) professores/as que 06 (seis) são do sexo feminino e 03 (três) do sexo masculino. Igualmente, 06 (seis) são oriundos de área rural, sendo 01 (um) especificamente de assentamento e 3(três) de área urbana. Sobre a formação escolar apresentamos o gráfico 1:



Fonte: Dados coletados no mês de outubro/2016.

Dessa forma, o perfil do corpo docente, quanto a sua formação se encontra em sua maior parte com curso superior completo (56%), e boa parte em andamento (33%).

No gráfico 2, percebemos a experiência no campo do ensino:



Fonte: Idem.

O gráfico 2 demonstra que o corpo docente é formado por profissionais com bastante experiência, em sua maior parte.

Apresentaremos um quadro resposta com breve descrição sobre suas respostas referente ao conhecimento e aplicação dos conteúdos sobre Ligas Camponesas:

QUADRO 1 – Conhecimento e aplicação dos conteúdos sobre as Ligas Camponesas	
PROFESSOR 1	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “Ouvi falar na escola”; “ Não visitei o Memorial das Ligas”; “ Não ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “ Não conheço o documentário Cabra Marcado para Morrer”; “ Não trabalho com esse conteúdo/temática”; “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 2	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “Ouvi falar nas aulas ministradas por professores”; “ Não visitei o Memorial das Ligas”; “ Sim ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “Já participei em palestra com Elizabeth Teixeira”; “ Sim conheço o documentário Cabra

	Marcado para Morrer” “Assisti em aulas e vi na internet”; “ Sim trabalho com esse conteúdo/temática”; “Com materiais de leitura complementares e filmes”; “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 3	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “Nas escolas, reunião entre professores e palestra”; “ Sim visitei o Memorial das Ligas”; “Toda ano, em excursão”; “ Sim ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “Palestra e excursão com alunos”; “ Sim conheço o documentário Cabra Marcado para morrer”; “Assisti em casa”; “ Sim trabalho com esse conteúdo/temática”; “Trabalho através de conversa informativa e palestras”; “ Sim , a escola dispõe de material didático” “A escola dispõe de livros informativos” e “ Sim , conheço Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 4	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “Aqui no Assentamento Boa Vista, nas assembleias”; “ Não visitei o Memorial das Ligas”; “ Sim ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “Aqui, também, ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “ Não conheço o documentário Cabra Marcado para morrer”; “ Não trabalho com esse conteúdo/temática”; “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 5	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “Aqui no Assentamento Boa Vista, nas assembleias”; “ Não visitei o Memorial das Ligas”; “ Sim ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “Aqui, também, ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “ Não conheço o documentário Cabra Marcado para morrer”; “ Sim trabalho com esse conteúdo/temática na EJA”; “Os alunos mais velhos que acompanharam a luta pela posse relatam os acontecimentos até a conquista” “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 6	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “Ouvi falar no assentamento João Pedro Teixeira”; “ Sim visitei o Memorial das Ligas”; “Foi em abril de 2015”; “ Sim ouvi falar em Elizabeth Teixeira no Memorial”; “ Sim conheço o documentário Cabra Marcado para morrer”; “Assisti na universidade”; “ Sim trabalho com esse conteúdo/temática”; “Trabalho através de aula e vídeos”; “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 7	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “em minha cidade”; “ Sim visitei o Memorial das Ligas”; “ Sim ouvi falar em Elizabeth Teixeira no Memorial”; “ Não conheço o documentário Cabra Marcado para morrer”; “ Sim trabalho com esse conteúdo/temática”; “Trabalho através de rodas de conversas”; “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 8	“ Sim , já ouvi falar sobre as Ligas”; “em minha cidade”; “ Sim visitei o Memorial das Ligas”; “ Sim ouvi falar em Elizabeth Teixeira no Memorial”; “ Não conheço o documentário Cabra Marcado para morrer”; “ Sim trabalho com esse conteúdo/temática”; “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o

	tema Ligas Camponesas na escola”.
PROFESSOR 9	“ Não , já ouvi falar sobre as Ligas”; “ Não visitei o Memorial das Ligas”; “ Não ouvi falar em Elizabeth Teixeira”; “ Não conheço o documentário Cabra Marcado para morrer”; “ Não trabalho com esse conteúdo/temática”; “A escola não dispõe de material didático” e “Desconheço algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas na escola”.

Fonte: Idem.

O quadro 1 demonstra que com exceção do professor/a 9, os demais docentes já ouviram falar nas Ligas Camponesas. E com exceções dos professores 1 e 9, os demais já ouviram falar em Elizabeth Teixeira. Apenas os docentes 3,6,7 e 8 já visitaram o Memorial das Ligas Camponesas. E exclusivamente a professora 3 afirma que a escola possui material de suporte e possui projeto sobre a temática das Ligas Camponesas. Vale salientar que o tema das Ligas Camponesas aparece como projeto e conteúdo trabalhado no Projeto Político Pedagógico da Escola. No entanto, podemos concluir que o mesmo ainda não vem sendo trabalhado por todo o conjunto dos professores/as. O que possibilita afirmar que há desconhecimento de vários professores da necessidade de se trabalhar este conteúdo. Há de se sensibilizar para esta discussão de forma coletiva e planejada.

Quanto aos estudantes, aplicamos o questionário com 30 estudantes dos ciclos 1, 2 e 3 e do 2º, 3º e 4º ano. Sendo 16 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Sendo 26 de origem rural e 3 declarados de origem urbana, além disso, um aluno não quis se identificar quanto a origem geográfica.

Apenas 12 (doze) alunos declararam já terem ouvido falar das Ligas Camponesas e 17(dezessete) afirmaram que nunca ouviram falar e um não respondeu. Dos doze que afirmaram conhecer, 11(onze) deles também já ouviram falar de Elizabeth Teixeira e apenas 06 (seis) disseram conhecer o Memorial das Ligas Camponesas, bem como, apenas 06 (seis) afirmaram já terem assistido o filme Cabra Marcado para Morrer.

Os dados nos revelam um desconhecimento atenuado sobre a temática e sobre sujeitos de destaque na história das Ligas Camponesas, ou mesmo sobre importante fonte, como o filme “Cabra Marcado para Morrer” e, ainda, sobre o Memorial das Ligas, por parte dos discentes, e isso é preocupante. Porque, alguns professores trabalham e outros não, apesar de constar no PPP. Nesse sentido, seria melhor realizar práticas educativas para efetivar no currículo a memória dos povos do campo e suas trajetórias de lutas pela reforma agrária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que o conteúdo vem sendo realizado de forma tímida e não articulada com o conjunto dos docentes e a gestão escolar. Nesse sentido, acreditamos que esse cenário diz muito sobre o fato de que a nossa hipótese se confirmou, no sentido que existe lacunas no currículo sobre os conteúdos referentes a memória histórica dos povos do campo. A escola do campo, sobretudo, a que está ligada a um processo de lutas precisa trazer em seu currículo essa abordagem de forma planejada e avaliada em suas reuniões pedagógicas. Sabemos das inúmeras dificuldades e de fato já existe/ocorre essa discussão, mas ainda está longe de atender o que apregoa vários dos documentos oficiais com suas diretrizes para a educação do campo.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michel; GANDIN, Luís Armando. A Educação sob a ótica da análise relacional. In.: **Revista Educação**. Pedagogia Contemporânea. Currículo e Política Educacional. São Paulo: Editora Segmento, 2016. Disponível em: <http://www.edrev.info/reviews/revp11.htm>. Acesso em: 20 de 09 de 2016.

BANDEIRA, Lourdes Miele, Neide. Silveira, Rosa Maria Godoy (orgs). **Eu Macharei na Tua Luta!** A vida de Elizabeth Teixeira, João Pessoa. Ed Universidade/ UFPB,1997.CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: expressão Popular, 2004.

BERMAM, Louse. **Novas Prioridades para o Currículo**. Porto Alegre: Globo, 1975.

Bosi, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação do Campo**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>. Acesso em: 12/11/2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/versao-2/principios/2%20-%20PRINCÍPIOS%20DA%20BASE%20NACIO>. Acesso em: 20/11/2016.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar**. São Paulo: Edusc, 2006.

GRISPINO, Izabel Sadalla. **Prática pedagógica**. São Paulo, 2005. Disponível em: Acesso em: 13 de maio de 2016.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa (Org.). **Currículo: Questões atuais**. Campinas SP: Papyrus, 1997 (coleção magistério: Formação e Trabalho, Pedagógica).

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO. Disponível em: <www.onordeste.com>. Acessada em 20 de abril/ 2012.

PASSOS, Célia; SILVA, Zeneide. **Língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história e geografia/ I. ed**. São Paulo: IBEP,2006.- (Coleção novo eu gosto) .

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Pulo: ed. Cortez, 2012.

SANTOS, Clarice Aparecida (org.), Fernandes, Bernardo Mançano [Ital]. **Educação do Campo** - política publicas – educação. Brasília: Brasileira Incra, MDA, 2008.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste:** o Vietnã que não houve - Ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina/João Pessoa: Ed. da Universidade Estadual de Londrina/Ed. Da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

Questionário de Pesquisa Para Construção de um TCC

Caro gestor, este instrumento faz parte de um processo de conclusão de curso e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações dadas, visando contribuir para construção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde já agradecemos as informações prestadas.

PERFIL DO GESTOR

Nome: _____

Sexo () Masculino () Feminino

Origem () Urbana () Rural/Camponesa

Se for de origem rural, especificar: () Assentamento () Outro tipo de Comunidade Rural

Nome da localidade atual: _____

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA COMO PROFESSOR?

() Menos de um ano () Entre seis anos e dez anos

() Entre um ano e cinco anos () Mais de dez anos

QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

() Médio incompleto () Superior completo com especialização.

() Médio completo () Superior completo com mestrado.

() Superior em andamento () Superior completo com doutorado.

() Superior incompleto () Superior completo com pós-doutorado.

QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

1. Você conhece as Ligas Camponesas?

() Sim. () Não.

2. Se, sim, onde ouviu fala das Ligas Camponesas?

3. Como gestor como você ver o tema as Ligas Camponesa?

4. A secretaria fornece material sobre as Ligas Camponesas?

5. Tem algum projeto na escola sobre o tema?

6. Como a escola ver o tema Ligas Camponesas?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I
CURSO DE PEDAGOGIA-EDUCAÇÃO DO CAMPO

Questionário de Pesquisa Para Construção de um TCC

Caro docente, este instrumento faz parte de um processo de conclusão de curso e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações dadas, visando contribuir para construção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde já agradecemos as informações prestadas.

PERFIL DO DOCENTE

Nome: _____

Sexo () Masculino () Feminino

Origem () Urbana () Rural/Camponesa

Se for de origem rural, especificar: () Assentamento () Outro tipo de Comunidade Rural

Nome da localidade atual: _____

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA COMO PROFESSOR?

() Menos de um ano

() Entre seis anos e dez anos

() Entre um ano e cinco anos

() Mais de dez anos

QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

() Médio incompleto

() Superior completo com especialização.

() Médio completo

() Superior completo com mestrado.

() Superior em andamento

() Superior completo com doutorado.

() Superior incompleto

() Superior completo com pós-doutorado.

QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

1. Você conhece as Ligas Camponesas?

() Sim () Não

2. Se, sim, onde ouviu falar das Ligas Camponesas?

3. Já visitou o Memorial das Ligas Camponesas?

() Sim () Não

4. Se, sim, quando foi à visita ao Memorial das Ligas Camponesas?

5. Já ouviu falar em Elizabeth Teixeira (liderança feminina e histórica das Ligas Camponesas)?

() Sim () Não

6. Se, sim, onde ouviu falar de Elizabeth Teixeira?

7. Conhece o Filme documentário “Cabra Marcado para Morrer”?
() Sim () Não
8. Se, sim, onde assistiu o Filme Documentário?

9. Você trabalha o conteúdo sobre as Ligas Camponesas em sua disciplina?
() Sim () Não
10. Se, sim, de que forma você realiza atividades de ensino-aprendizagem?

11. A Escola oferece materiais didáticos sobre o tema Ligas Camponesas?
() Sim () Não
12. Se, sim, quais?_____
13. A Escola tem algum Projeto sobre o tema Ligas Camponesas?
() Sim () Não

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I
CURSO DE PEDAGOGIA-EDUCAÇÃO DO CAMPO

Questionário de Pesquisa Para Construção de um TCC

Caro estudante, este instrumento faz parte de um processo de conclusão de curso e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações dadas, visando contribuir para construção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde já agradecemos as informações prestadas.

PERFIL DO ALUNO

Nome:_____

Sexo () Masculino () Feminino

Origem () Urbana () Rural

Se for de origem rural, especificar: () Assentamento () Outro tipo de Comunidade Rural

Nome da localidade atual:_____

QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

1. Você conhece as Ligas Camponesas?
() Sim () Não
2. Se, sim, onde ouviu falar das Ligas Camponesas?
() Na Escola () Em Casa () Palestra () Filme () Outros lugares/espacos
3. Já visitou o Memorial das Ligas Camponesas?
() Sim () Não
4. Se, sim, quando foi a visita ao Memorial das Ligas Camponesas?

5. Já ouviu falar em Elizabeth Teixeira (liderança feminina e histórica das Ligas Camponesas)?
() Sim () Não
6. Se, sim, onde ouviu falar de Elizabeth Teixeira ?
() Em Casa () Na Escola () Palestra () Outros lugares/espços
7. Conhece o Filme documentário “Cabra Marcado para Morrer”?
() Sim () Não
8. Se, sim, onde assistiu o Filme Documentário?
() Na Escola () Em Casa () Memorial das Ligas Camponesas

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (Área de Aprofundamento
em Educação do Campo)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a)

Gostaríamos de convidá-lo a participar de nosso estudo **AS LIGAS CAMPONESAS NO CURRÍCULO ESCOLAR**, que tem como objetivo realizar investigação para fins de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, junto ao Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo).

A pesquisa, utilizando a metodologia **qualitativa**, consistirá na realização dos seguintes procedimentos utilizados: questionários, fotografias e intervenção pedagógica junto aos participantes do estudo e posterior análise dos dados. Será conduzida dessa forma, pois pretendemos compreender o processo histórico e educacional, esperando contribuir com o avanço do conhecimento e apreender aprendizagens no campo do currículo.

Trata-se de um TCC, desenvolvida por **Anna Paula Balbino de Araújo** e orientada pela profa. Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba.

A qualquer momento da realização desse estudo qualquer participante/pesquisado ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários. Qualquer participante selecionado ou

selecionada poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados. Especificamente, nenhum nome, identificação de pessoas ou de locais interessa a esse estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de TCC ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos, entrar em contato com os responsáveis pelo estudo:

Pesquisadora: Anna Paula Balbino de Araújo. E-mail: paula.anna21@yahoo.com
Telefone: (83) 99317-5161

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira. E-mail: anarosfe@gmail.com
Telefone: (83) 99613-7779

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “Título do seu trabalho”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Pesquisador (a) _____

Orientador (a) _____ (DHP/CE/UFPB)

Sapé, ____ de _____ de 2016.

ANEXOS

A - RETRATO DA VIOLÊNCIA DO CAMPO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Cronologia dos Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964-1985

Paraíba

29/agosto de 1964

João Alfredo “Nego Fubá” ou “**João Fubá**”: Lavrador, líder das ligas Camponesas, município de Sapé- PB.

Autoria: Mandante: Governo Militar.

Descrição: “Desaparecido desde 29 de agosto de 1964, quando foi solto do 15º R.I. da Paraíba e estava respondendo inquérito sob a responsabilidade do major Cordeiro.

Foi orador, líder camponês e membro das ligas Camponesas em Sapé, antes desta ter se transformado em sindicato” (conf. CBA).

Providências Jurídicas: Não se tem notícia.

Fontes: Com. Bras. De Anistia – Lista Parcial...

Lista feita pela CONTAG in: Realidade Rural – setembro/81- pág.08, (FETAESP)

1981

07/outubro de 1981

José Silvino Valdivino: Lavrador, posseiro, 49 anos, casado, 9 filhos menores, morador da Fazenda Salamargo, vizinha á Fazenda Ana Cláudia, município de Cruz do Espírito Santo.

Local do Crime: Fazenda Salamargo.

Autoria: Mandante: Manoel Aureliano da Costa

Executores: João Batista, administrador da Fazenda Ana Cláudia e um capanga identificado por Everaldo.

Histórico/ Causas: O crime se deve ao conflito pela posse das terras do sítio Salamargo. Aconteceu às 6:00h. José Silvino morreu de hemorragia interna, após ser atingido por 6 tiros de revólver calibre 38. Duas balas o atingiram na região do tronco, provocando lesões nas vísceras pela frente e as outras o pegaram por trás, dando a entender que após receber os primeiros tiros, o lavrador tentou correr e foi atingido pelas costas. Segundo testemunhas, o criminoso, a mando do patrão, já havia derrubado com um trator o casebre onde reside José Silvino e começou a invadir com outros capangas o roçado de vários moradores da região, causando com isso, forte tensão social em toda a vizinhança.

Providência jurídicas 1 : Uma comissão de agricultores foi até João Pessoa, juntamente com o advogado Wanderley Caixe e o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba, Álvaro Diniz, entrando em entendimento com o delegado do DOPS, bel. Aldenor Medeiros, oportunidade em que comunicaram o ocorrido e pediram que as providências fossem tomadas com certa urgência. Ocorre que o delegado não levou muito em consideração as denúncias, o que contribuiu para que o fato fosse consumado. O superintendente da Polícia, cel. Lindemberg Patrício ao tomar conhecimento do ocorrido, tentou localizar o delegado Aldenor Medeiros, durante quase duas horas para saber dos motivos porque as providências não foram tomadas a tempo.

Revoltado com a displicência do Delegado, determinou que fosse baixada uma Portaria não permitindo que qualquer delegado se ausentasse de sua sala sem lhe comunicar.

Providência Jurídicas 2 : O advogado Wanderley Caixe, do CDDH, acusou a Polícia de omissão “por não ter dado atenção ao apelo dos agricultores, que pediam segurança. O advogado pediu ajuda à Polícia Federal, mas o delegado Antônio Carlos Monteiro informou que esse não era assunto de competência da PF, mas se prontificou a entrar em entendimento com o secretário de Segurança Pública, Geraldo Navarro, para que fosse tomada uma solução imediata. Ainda ontem foi enviado ao local dos conflitos uma patrulha da PM e 10 policiais civis, para garantir a segurança dos agricultores. A SSP divulgou nota informando que já determinou a abertura de inquérito policial para apurar a morte do lavrador, presidido pelo delegado Aldenor Medeiros. Também já iniciou diligências para capturar o criminoso”.

Fontes: F.S.P. – 08/10/81.

Violência Rural – CPV in: União – 08/10/81.

O Correio (João Pessoa), 08/01/81.

Mutirão da Vida, CEDOP, Arquidiocese da PB, out/81.

CONTAG – Dossiê.

Encontro com as Comun. – Bol da Dioc. De Propriá, dezembro/81, pág.06.

CPT – conflitos.

29/ outubro

José Severino Da Silva: Lavrador, 52 anos, casado com Severina Barbosa da Silva, 12 filhos, posseiro da Fazenda Pedra do Marinho, em Serra Redonda.

Autoria: Mandante: José Pinheiro dos Santos, proprietário das terras.

Executor: o mesmo.

Histórico/ Causas: Segundo a poesia “um povo inteiro é ferido”.

“No dia 29 de outubro
em Pedra do Marinho,
José Pinheiro dos Santos
um pequeno fazendeiro,
desrespeitando a justiça
matou um de seus posseiros
José Severino da Silva,
era ele agricultor.
Há 21 anos na terra,
um homem trabalhador,
pai de 12 filhos
que choram de pena e de dor.
O motivo, minha gente,
de novo, foi terra.
Zé da Silva lutou na justiça
não queria sangue e guerra.
E ganhou perante a lei
e o motivo se encerra...”

Outras Informações: “O assassino foi o pequeno proprietário das terras em que José Severino trabalhava, José Pinheiro dos Santos, que matou o posseiro a sangue frio, dentro das suas terras.

Segundo contou o advogado da FETAG, Júlio César Ramalho, a vítima, há algum tempo atrás, entrou com uma ação de manutenção de posse da terra, conseguindo uma liminar, concedida pelo juiz de Inajá, de posse de três hectares de terra. O advogado do agricultor foi Severino Continho da Silva. O posseiro assassinado tinha 52 anos de idade e vivia na terra há 21 anos, tendo 12 filhos, dos quais dez são menores de idade, ficando a viúva, agora sozinha”. (O Norte – 02.11.81).

Providências Jurídicas: A FETAG – PB, através de seu presidente Álvaro Diniz, denunciou mais este assassinato aos ministro da Justiça e Agricultura e à direção do INCRA, em Brasília e pediu providências urgentes.

Fontes: Mutirão da Vida – Arq. Da PB – CEDOP, fev-mar/83 ano 3.

F.S.P. – 04/11/81.

Jornal O Norte, 02/11/81.

Jornal de Brasília, 07/11/81 – pág. 5.

CONTAG – Dossiê.

CPT – Conflitos.

1982

José S. Valdevino: Lavrador do Município de Cruz do Espírito Santo.

Autoria: Administrador da Fazenda Ana Cláudia.

Causas: Questões de terra. O proprietário da fazenda vinha tentando expulsar 13 famílias com dezenas de anos de ocupação.

Providências Jurídicas: Sem informação.

Obs: Segundo a CONTAG, o crime teria acontecido em outubro de 1981, e a CPT ,em 1982.

Fontes: CPT

CONTAG.

1983

Rafael Coubé: Lavrador, do Município de Alagoa Nova.

Fontes: CPT (Conflitos de Terra no Brasil – janeiro a dezembro de 1983).

OBS: 12/agosto

Margarida Maria Alves: 40 ou 50 anos, casada, mãe de 2 filhos do município de Alagoa Grande. Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, desde 1973, sendo sempre reeleita.

Autoria: Mandantes: Usineiros do Grupo Várzea.

Executores: 03 (três) homens.

Descrição: Assassinada a tiros na porta de sua casa. Os pistoleiros dispararam à queima-roupa, tiros de escopeta, calibre 12, estourando-lhe o rosto e o cérebro. O crime foi cometido na frente do marido e dos filhos. Os criminosos fugiram em um Opala vermelho placas Ex-0690 – Nova Cruz/ Rio Grande do Norte.

Causas: Devido à sua atuação firme em defesa dos direitos dos trabalhadores, tendo conseguindo na justiça a readmissão de trabalhadores demitidos.

Outras Informações: Em 1982 fora agredida por José Mil, filho do dono do Engenho Miranda. Pouco antes de ser assassinada fora ameaçada por Agnaldo Veloso Borges, proprietário da Usina Tanques.

Por ocasião das missas de 7º dia celebradas em Alagoa Grande e João Pessoa, ocorreram várias manifestações de solidariedade à luta dos trabalhadores rurais da região e em homenagem à líder assassinada.

Providências Jurídicas: O tribunal de Justiça da Paraíba rejeitou, por 12 votos a 2, a representação do governado estadual para a formação de uma comissão judiciária para apurar o assassinato de Margarida, em agosto de 83. Foi aberto inquérito e o delegado Gilberto Rosa identificou o criminoso, decretou sua prisão preventiva mas não conseguiu prendê-lo. Não revelou o nome para “não prejudicar as investigações”. A polícia levantou suspeita, seguiu pistas, ouviu testemunhas, prendeu e soltou ciganos que nada tinham a ver com o caso. Segundo o delegado, 06 pessoas estão envolvidas no crime, 03 já presas: José Nicolau Alves da Silva, Roberto Alves Cavalcante (pai e filho) e Félix Vicente o qual ajuda nas investigações. De acordo com a reportagem (O E.SP. out/83) até aquela data o mandante do crime não havia sido identificado. O processo foi encaminhado ao Ministério Público. Entretanto ninguém foi indicado como responsável. Foi criado o “Comitê Margarida Alves” por várias entidades para acompanhar o inquérito e agilizar a busca dos mandantes, do crime.

Fontes: CPT- Conflitos;

CONTAG – Conflitos;

O E.S.P. 18/08/83, 10/84

“A mão armada do latifúndio”; BARBOSA, Sebastião. 1984.

1984

15/fevereiro

Antonio Nunes da Silva: Trabalhador rural. Morava no sítio Raimundo, município de Dona Inês, 66 anos.

Autoria: Provavelmente Raimundo Idalino.

Descrição: Foi morto na estrada que liga o sítio Raimundo á sede do Município Dona Inês.

Causa: Antonio ocupava uma área de 2 hectares, encravada na fazenda de Raimundo Idalino. Este vinha ameaçando de expulsão desde setembro /83, apesar do trabalhador ter recebido liminar garantindo a sua permanência na terra. Após o crime o fazendeiro e a família abandonaram a área para destino ignorado.

Providências Jurídicas: Não se tem notícia de nenhuma providência.

Fontes: CPT.

03/abril

Antonio Miguel de Brito: Casado, lavrador. Era morador do Engenho Bonfim no município de Alagoa Grande.

Autoria: executor: Marcelo Venturino.

Descrição: Antonio foi encontrado amordaçado, com as mãos e os pés amarrados, degolado e jogado em um buraco, dentro da propriedade onde trabalhava e residia. A polícia tentou desviar o caso, dizendo tratar-se de marginal, com passagens pela delegacia. O sindicato de trabalhadores rurais e a família da vítima desmentiram a

versão policial, mostrando tratar-se de um lavrador associado ao sindicato. (A esposa da vítima).

Causas: A esposa da vítima declarou que seu marido fora ameaçado de morte pelo seu patrão, Sr. Marcelo Venturino, por ter pedido o 13º salário. Declarou também que outros companheiros de seu marido foram agredidos a tapas e coronhadas de revólver pelo Sr. Marcelo por terem feito a mesma reivindicação.

Providências Jurídicas: Foi aberto inquérito e a família de Antonio Miguel foram convocadas para depor. Durante os depoimentos o patrão, Sr. Marcelo Venturino, ficou rondando a delegacia, provocando um clima da apreensão e amedrontamento. Fernando, filho de um proprietário local, conhecido como Branco Pereira passou devagar, de carro, na porta da delegacia, por várias vezes, durante os depoimentos. Ainda o Sr. Lino Miranda, sogro de Marcelo também ficou observando as testemunhas que iriam depor. Criou-se, em virtude desses fatos, um clima de medo por parte dos trabalhadores que testemunhariam frente ao caso.

Fontes: CPT.

OBS:

10/novembro

Anastácio Abreu de Lima: 33 anos. Município de Rio Tinto-PB. Líder sindical do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rio Tinto-PB.

Autoria: Mandante: O Administrador da Destilaria Japungu.

Executor: Moacir Calixto da Silva e seu filho Edvaldo Calixto da Silva.

Descrição: Morto com 6 (seis) tiros e 3 (três) facadas.

Causas: O assassinato de Anastácio se deve a razões políticas. O sindicato teve destacada atuação na greve dos cortadores de cana, em outubro de 1984. Sua morte, ao que se sabe, foi articulada pelos proprietários dos canaviais. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da PB, Álvaro Diniz, responsabilizou o Governado do Estado pelo clima de Violência na zona rural.

Atribuíram o fato à impunidade dos matadores da líder sindical Margarida Maria Alves.

Providências Jurídicas: A polícia de Rio Tinto começou a ouvir testemunhas do assassinato.

Fontes: FETAG

O Globo 13/11/84 in: Aconteceu CEDI nº 285/84

Pelejando nº 13 Dez./84

Jornal de Brasília 13/12/84

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, Relatório/Mapa da violência no campo, Período da Ditadura Militar.

**B – FOTOS HISTÓRICAS SOBRE O CONTEXTO DAS LIGAS CAMPONESAS
(Elizabeth Teixeira e Memorial das Ligas Camponesas-PB)**



Fonte: CARVALHO, Ronaldo. Arquivo pessoal. Descrição: Abraço entre a liderança Elizabeth Teixeira (à esquerda) e a pesquisadora Anna Paula Balbino de Araújo. Localização: Residência de Elizabeth Teixeira. Cruz das Armas, João Pessoa-PB. Em 01/04/2016.



Fonte: CARVALHO, Ronaldo. Arquivo pessoal. Descrição: Momentos diversos da Aula-campo, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Pereira (Toninho), do campus IV/UFPB, que visitou o Memorial das Ligas Camponesas, Sapé-PB. Em 01/04/2016.



Fonte: Idem.



Fonte: Idem.

**C – FOTOS DIVERSAS DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL BOA VISTA (SAPÉ-PB)**



Fonte: ARAÚJO, Anna Paula Balbino de. Arquivo pessoal. Sapé-PB. Em 30/9/2015.